



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – SR2**  
**Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente**  
**Doutorado Interdisciplinar**



**Linha de pesquisa:** Construção social do meio ambiente

**Projeto de pesquisa:** Gestão comunitária e tecnologias sociais para o saneamento básico em áreas rurais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

**Doutorando (a):** Leandro Barros Oliveira

**Orientador (a):** Dr. Elmo Rodrigues Da Silva

**Situação:** em andamento

**Previsão de defesa:** 2024/2

**Resumo:**

O Brasil é um país deficitário em termos de saneamento básico, sobretudo nas zonas rurais, onde dificilmente se aplicam os modelos convencionalmente usados nas áreas urbanas para a gestão e operação desses serviços. Essa condição tem contribuído com a redução das perspectivas de mobilidade social, afetando negativamente a qualidade de vida da população do campo. Em 15 de julho de 2020 foi sancionada a Lei Federal nº 14.026 que estabeleceu um novo marco para o saneamento básico no Brasil. No entanto, o atendimento à população rural foi pouco abordado nesse dispositivo. Em seu artigo 11-B, parágrafo 4º, a lei transferiu de forma facultativa à entidade reguladora a responsabilidade pela normatização das adaptações pertinentes ao saneamento rural. Apesar da evidente negligência do Estado, alguns Comitês de Bacias Hidrográficas, como o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu-RJ) e o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) têm realizado investimentos em saneamento básico, sobretudo em esgotamento sanitário, inclusive para áreas rurais. No entanto, sabe-se que, historicamente, a falta de engajamento da população atendida e o abandono das prefeituras e das concessionárias em relação a manutenção dos sistemas, têm sido os principais motivos do fracasso de projetos de saneamento rural no Brasil. Em algumas regiões do país, sobretudo no Nordeste, há experiências bem sucedidas de gestão comunitária para serviços de saneamento básico no campo, como o Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR, onde os próprios usuários, organizados em associação, são responsáveis pela gestão dos sistemas, ao mesmo tempo em que são beneficiários dos serviços. No território abrangido pela Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul esse tipo de organização nunca foi experimentado. Dessa forma, as questões norteadoras desse projeto são: 1 - Os modelos de gestão comunitária para saneamento básico em zonas rurais são aplicáveis a realidade da população do território estudado? 2 - Que adaptações a esses modelos serão necessárias? 3 - Qual é a percepção da população sobre o objeto dessa pesquisa?

A tese oriunda desse projeto pretende responder essas questões partindo-se da hipótese de que a gestão comunitária é um direcionamento adequado para a resolução do problema, desde que sejam feitas as adaptações pertinentes, considerando a realidade de cada local e o interesse das populações envolvidas. O direcionamento teórico-metodológico desse estudo será o método investigação-ação participativa (IAP), que busca superar o dualismo entre teoria e prática através da ação do pesquisador “junto” aos participantes, ao invés da perspectiva mais comum de atuar “sobre” os mesmos. Como resultado, espera-se contribuir com direcionamentos metodológicos que podem ser replicados para a escolha de soluções aplicáveis às diferentes realidades encontradas no contexto do saneamento rural brasileiro.

**Palavras-chave:** Saneamento básico; Saneamento rural; Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; Gestão comunitária.